



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ALAGOAS

THE INSTITUTIONALIZATION OF RURAL EDUCATION IN PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ALAGOAS

Denise Cavalcante Tenório

Universidade Estadual de Alagoas
denise123tenorio@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8579-0609>

Ivonildo Pereira de Lima

Universidade Estadual de Alagoas
ivonaldolima1.@professor.educ.al.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4748-3348>

José Edmilson dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas
amjalagoas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6715-8384>

Rafaela Barbosa Silva

Universidade Estadual de Alagoas
prof.rafabarbosa1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9530-8289>

RESUMO: A educação brasileira, historicamente, negligenciou as especificidades das populações rurais, impondo um modelo urbano-centrado que desconsiderava a identidade, o trabalho e a cultura dos povos do campo. Em Palmeira dos Índios, Alagoas, essa realidade não era diferente. O Sistema Municipal de Ensino operava sob uma lógica generalista que não atendia plenamente às necessidades dos estudantes residentes em áreas rurais, quilombolas e de agricultura familiar. Esta experiência refere-se ao processo de construção normativa e institucional ocorrido entre 2025 e 2026, culminando na aprovação da Resolução nº 02/2026 pelo Conselho Municipal de Educação de Palmeira dos Índios (CMEPI). O centro deste relato é a transição paradigmática da "Educação Rural", que era vista como precária e supletiva, para a "Educação do Campo", hoje entendida como um direito à diversidade e à emancipação. O contexto é marcado pela necessidade de adequar o Sistema Municipal às alterações da LDBEN (Lei nº 9.394/1996) e às diretrizes nacionais que exigem o respeito às formas de organização da vida no campo. O objetivo geral desta iniciativa foi regulamentar a oferta da Educação do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Palmeira dos Índios. Especificamente, buscou-se estabelecer os princípios éticos, políticos e pedagógicos que devem nortear as escolas do campo, garantindo que o currículo, o calendário e a organização escolar reflitam a realidade sociocultural dos educandos, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e a equidade social. A metodologia adotada foi de natureza colaborativa e técnico-política, estruturada em quatro fases principais: Fase de Diagnóstico e Proposição, Estudos e Análise Documental, Redação e Diálogo Institucional, Aprovação e Publicação. Um dos resultados mais significativos foi a superação da visão de campo como "atraso".

A metodologia adotada foi de natureza colaborativa e técnico-política, estruturada em quatro fases principais: Fase de Diagnóstico e Proposição, Estudos e Análise Documental, Redação e Diálogo Institucional, Aprovação e Publicação. Um dos resultados mais significativos foi a superação da visão de campo como "atraso". A normativa define o campo como um espaço de produção de vida, resistência e cultura. As escolas passaram a ser reconhecidas não apenas pelo local geográfico, mas pela vinculação dos seus sujeitos com as questões camponesas. A experiência consolidou a obrigatoriedade de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) que integrem saberes científicos aos saberes tradicionais. O currículo agora deve contemplar: Trabalho e Produção: A escola deve dialogar com as formas de produção da agricultura familiar. Agroecologia: Promoção da sustentabilidade ambiental. Diversidade Étnico-Racial: Valorização da identidade quilombola e dos povos tradicionais presentes no município. A Resolução nº 02/2026 autorizou as escolas a adequarem seu calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas da região. Além disso, abriu-se espaço para a implementação da Pedagogia da Alternância (Tempo-Escola e Tempo-Comunidade), uma inovação metodológica que permite ao estudante aplicar o conhecimento acadêmico diretamente em sua realidade familiar e produtiva. Um resultado prático de extrema relevância foi a normatização rigorosa para o fechamento de escolas do campo. Agora, qualquer proposta de encerramento de atividades exige a análise do impacto pedagógico e a manifestação oficial da comunidade escolar, dificultando a precarização do acesso à educação nas áreas mais remotas. A experiência fomentou a articulação entre educação, saúde, meio ambiente e assistência social. O Sistema Municipal comprometeu-se a organizar matrículas unificadas e cooperação pedagógica entre equipes, visando o desenvolvimento territorial sustentável. A institucionalização da Educação do Campo em Palmeira dos Índios representa um marco na gestão da educação pública municipal. A principal lição aprendida é que a lei, por si só, não transforma a realidade, mas fornece o suporte necessário para que educadores e comunidades lutem por uma escola que faça sentido para os sujeitos do campo. Conclui-se que a Educação do Campo não é um "puxadinho" do sistema urbano, mas uma modalidade com identidade própria que exige formação específica de professores e recursos didáticos apropriados. O sucesso desta política pública dependerá, a partir de agora, do cumprimento do prazo de um ano estabelecido pela Resolução para que todas as unidades de ensino adequem seus PPPs. Esta experiência demonstra que, ao colocar o sujeito do campo no centro das decisões, o município de Palmeira dos Índios reafirma seu compromisso com a democracia e com a justiça social, garantindo que o conhecimento científico seja uma ferramenta de libertação e não de desenraizamento. Conclui-se que a regulamentação é o primeiro passo para a reparação de uma dívida histórica com os sujeitos do campo. A experiência demonstrou que, ao tratar a educação como um direito público subjetivo e contextualizado, o município fortalece não apenas o sistema de ensino, mas a própria democracia e o desenvolvimento territorial. As lições aprendidas sublinham a necessidade de formação contínua dos educadores para que se apropriem destes novos marcos legais. O prazo de um ano estabelecido para a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) será o período crítico para que as normas saiam do papel e transformem efetivamente o cotidiano das salas de aula rurais. A Educação do Campo reafirma-se, assim, como uma educação de "classe", voltada para a emancipação e para a dignidade dos povos da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Legislação Educacional; Sistema Municipal de Ensino; Palmeira dos Índios.

ABSTRACT: The overall objective of this initiative was to regulate the provision of rural education within the municipal school system of Palmeira dos Índios. Specifically, it sought to establish the ethical, political, and pedagogical principles guiding rural schools, ensuring that the curriculum, calendar, and school organization reflect the students' sociocultural reality while promoting sustainable rural development and social equity. The methodology adopted was collaborative and technical-political in nature, structured into four main phases: Diagnosis and Proposal; Studies and Document Analysis; Drafting and Institutional Dialogue; and Approval and Publication. One of the most significant outcomes was moving beyond the view of the countryside as "backward." The regulations define the rural area as a space for the production of life, resistance, and culture. Schools came to be recognized not merely by their geographic location, but by the connection of their stakeholders to rural issues. The experience solidified the requirement for Political-Pedagogical Projects (PPPs) that integrate scientific knowledge with traditional knowledge. The curriculum must now address: Work and Production (the school must engage with family farming production methods); Agroecology (promoting environmental sustainability); and Ethnic-Racial Diversity (valuing the identity of quilombola communities and

traditional peoples present in the municipality). Resolution No. 02/2026 authorized schools to align their academic calendars with the stages of the agricultural cycle and local climatic conditions. Furthermore, it paved the way for implementing the Pedagogy of Alternation (School Time and Community Time) a methodological innovation allowing students to apply academic knowledge directly to their family and productive realities. A highly significant practical outcome was the establishment of strict regulations regarding the closure of rural schools. Any proposal to cease operations now requires an analysis of the pedagogical impact and an official statement from the school community, thereby hindering the erosion of access to education in the most remote areas. The initiative fostered coordination among the education, health, environment, and social assistance sectors. The municipal system committed to organizing unified enrollment processes and pedagogical cooperation among teams, aiming for sustainable territorial development. The institutionalization of Rural Education in Palmeira dos Índios marks a milestone in the management of municipal public education. The key lesson learned is that the law, in itself, does not transform reality; rather, it provides the necessary support for educators and communities to strive for a school system that is meaningful to rural populations. It is concluded that Rural Education is not merely an "add-on" to the urban system but a distinct educational modality with its own identity, requiring specialized teacher training and appropriate instructional resources. The success of this public policy will now depend on meeting the one-year deadline established by the Resolution for all educational units to align their Political-Pedagogical Projects (PPPs) with the new guidelines. This experience demonstrates that by placing rural populations at the center of decision-making, the municipality of Palmeira dos Índios reaffirms its commitment to democracy and social justice, ensuring that scientific knowledge serves as a tool for liberation rather than for uprooting people from their context. Regulation is thus seen as the first step toward redressing a historical debt owed to rural communities. The experience showed that by treating education as a contextualized public right, the municipality strengthens not only the education system but also democracy itself and territorial development. The lessons learned highlight the need for continuous teacher training to ensure educators fully grasp these new legal frameworks. The one-year deadline for updating Political-Pedagogical Projects (PPPs) will be a critical period for translating these regulations into actual practice and effectively transforming daily life in rural classrooms. Rural Education thus reaffirms itself as an education rooted in class consciousness, dedicated to the emancipation and dignity of the people of the land.

KEYWORDS: Rural Education; Educational Legislation; Municipal Education System; Palmeira dos Índios.

Referências

1. ALAGOAS. Conselho Municipal de Educação de Palmeira dos Índios. **Parecer nº 02/2026**. Relator: Ivonaldo Pereira de Lima. Aprovado em 06/05/2026.
2. ALAGOAS. Conselho Municipal de Educação de Palmeira dos Índios. **Resolução nº 02/2026**. Dispõe sobre a regulamentação da oferta de Educação do Campo. Palmeira dos Índios, 2026.
3. BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).